

# Sumário

## Capítulo 1 – Crise Ambiental, Economia e Entropia

Melissa Ely Melo

1.1 Crise Ambiental: uma crise do conhecimento.....	1
1.2 Economia Ambiental: a emergência das externalidades .....	12
1.3 Economia Ecológica e a Lei da Entropia: os limites biofísicos ao crescimento econômico infinito.....	28

## Capítulo 2 – Delineando uma Compreensão da Justiça Ecológica para Perspectiva do Direito Ambiental Ecologizado

Leatrice Faraco Daros

2.1 Introdução.....	47
2.2 As diversas abordagens da justiça .....	48
2.1.1 Justiça como distribuição .....	51
2.1.2 Justiça como reconhecimento .....	53
2.1.3 Justiça como participação .....	56
2.1.4 Justiça como capacidades .....	58
2.3 Os contornos da justiça ambiental .....	62
2.3.1 A origem dos movimentos de justiça ambiental.....	64
2.3.2 A pluralidade de perspectivas da justiça ambiental.....	67

2.4 Os delineamentos da justiça ecológica.....	69
2.4.1 As dificuldades de uma abordagem ecológica da justiça .....	70
2.4.2 As múltiplas perspectivas da justiça ecológica .....	73
2.5 Os desafios da justiça ecológica no Antropoceno .....	80
2.5.1 A era do Antropoceno e seus desafios .....	80
2.5.2 A justiça ecológica no Antropoceno .....	82
2.6 Considerações Finais.....	86

**Capítulo 3 – A Ecologização do Estado de Direito:  
uma Ruptura ao Direito Ambiental e ao  
Antropocentrismo Vigentes**

José Rubens Morato Leite

Paula Galbiatti Silveira

3.1 Introdução.....	89
3.2 Crítica à racionalidade antropocêntrica e a mudança de paradigma no direito ambiental.....	92
3.3 Rumos à ecologização do direito: novas abordagens e funções da juridicidade .....	100
3.4 Jurisprudência ecológica: a ecologização do Direito na prática .....	108
3.5 O Estado de Direito Ambiental: origem e conceitos.....	116
3.7 O Estado de Direito Ecológico no Holoceno e no Antropoceno: limites do desenvolvimento.....	131
3.8 Considerações Finais.....	138

## **Capítulo 4 – Coronavírus e Meio Ambiente: Rupturas para um Direito Ambiental em Metamorfose**

José Rubens Morato Leite

Maria Leonor Paes Cavalcanti Ferreira Codonho

Bruno Teixeira Peixoto

4.1 Introdução.....	141
4.2 A pandemia do novo coronavírus e a sua relação com o meio ambiente	142
4.3 Sociedade de Risco e a Metamorfose do Mundo .....	152
4.4 Novas Perspectivas com o Environmental Rule of Law, First Global Report – ONU.....	160
4.5 Para um Direito Ambiental Ecologizado, Emancipado, Pós-Pandêmico e Precursor de um Green New Deal Global.....	171
4.6 Considerações Finais.....	180

## **Capítulo 5 – Constitucionalismo Global Ambiental e os Direitos da Natureza**

Patryck De Araújo Ayala

5.1 Crise de Identidade do Direito Ambiental e o Lugar da Natureza no Constitucionalismo .....	187
5.2 Constitucionalismo Global como um Constitucionalismo de Diálogos ..	193
5.3 Constitucionalismo Global Ambiental como um Constitucionalismo de Princípios Comuns .....	197
5.4 A Principiologia e o Conteúdo de um Constitucionalismo da Terra .....	205
5.5 Constitucionalismo da Terra e a Expansão dos Limites Morais dos Direitos: a Natureza na Jurisprudência Comparada.....	214
5.6 Considerações Finais.....	230

## **Capítulo 6 – Da Dimensão Ambiental à Ecologização dos Direitos Humanos: Aportes Jurisprudenciais**

Fernanda de Salles Cavedon-Capdeville

6.1 Introdução.....235

### **Parte I – Os Fundamentos da Ecologização dos Direitos Humanos**

6.2 Primeiro passo: reconhecer sinergias e reforçar vias de comunicação .....238

6.3 As razões da ecologização dos Direitos Humanos .....241

6.3.1 O Direito Ambiental falhou..... 241

6.3.2 Os Direitos Humanos como último recurso.....242

6.3.3 Os Direitos Humanos são um dos pilares da governança ecológica .244

6.3.4 A complementaridade dos Direitos Humanos e dos Direitos da Natureza ..... 245

6.3.5 Os Direitos Humanos são a nova Fênix: direitos em movimento.....247

6.4 Direitos Humanos e da Natureza são uma questão de justiça climática: o direito a um sistema climático seguro .....249

### **Parte II – As Fases da Ecologização dos Direitos Humanos**

6.5 Fase 1 – Interpretação evolutiva dos tratados de Direitos Humanos: atribuição de uma dimensão ambiental aos Direitos Humanos .....258

6.6 Fase 2 – Reconhecimento de direitos ambientais autônomos e ecologizados .....266

6.7 Fase 3 – Os Direitos Humanos se interpretam e realizam em um contexto ecológico, do qual seus titulares não podem se dissociar .....271

6.8 Fase 4 – De direitos individuais, aqui e agora,  
a direitos intergeracionais globais: superando limites .....272

6.9 Fase 5 – Direitos e dignidade para todos: um Sistema Comum  
de Direitos da Comunidade Planetária..... 274

**Parte III – Trajetórias de ecologização:  
o Sistema Interamericano de Direitos Humanos (SIDH)**

6.10 O meio ambiente na jurisprudência da Corte Interamericana  
de Direitos Humanos: elementos de ecologização ..... 276

6.11 A consolidação da Ecologização na Corte Interamericana  
de Direitos Humanos na Opinião Consultiva OC/23-17.....283

6.12 Contribuições da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.....286

6.13 Conclusões: potencialidades dos Direitos Humanos  
para a ecologização do Direito .....289

**Capítulo 7 – Os Caminhos do Reconhecimento Normativo  
dos Direitos da Natureza na América Latina**

M. Valeria Berros

7.1 Introdução .....293

7.2 Primeiros passos: reconhecimento em escala nacional .....295

7.3 A influência no debate internacional.....299

7.4 Os caminhos locais .....303

7.5 Uma cartografia em construção.....304

**Capítulo 8 – A Dignidade e os Direitos da Natureza:  
o Direito no Limiar de um Novo Paradigma Jurídico  
Ecocêntrico no Antropoceno**

Ingo Wolfgang Sarlet

Tiago Fensterseifer

8.1 Introdução: O Direito Ambiental no Limiar de um Novo Paradigma Jurídico Ecocêntrico no Antropoceno .....	309
8.2 O Reconhecimento da Dignidade e dos Direitos da Natureza na Ordem Constitucional? Uma (Re)Leitura Ecocêntrica da Expressão “Todos” do Caput Art. 225 da Constituição Federal de 1988.....	322
8.2.1 A superação do antropocentrismo clássico e a ascensão de um novo paradigma jurídico ecocêntrico no âmbito constitucional? .	322
8.2.2 O Reconhecimento da Dignidade e dos Direitos dos Animais não Humanos e da Natureza na Ordem Constitucional.....	331
8.2.2.1 As cinco categorias possíveis para enquadrar a proteção da Natureza no Sistema Jurídico (Jens Kersten).....	335
8.2.2.1.1 O status legal da Natureza como reflexo normativo indireto dos direitos dos seres humanos .....	336
8.2.2.1.2 O status legal da Natureza como “patrimônio comum da humanidade” (“Common Heritage of Humanity”) .....	337
8.2.2.1.3 O status legal da Natureza como objetivo, tarefa ou dever jurídico-constitucional do Estado de proteger o meio ambiente.....	337
8.2.2.1.4 O status legal da Natureza como um “direito humano ou fundamental ao ambiente sadio e equilibrado” .....	338
8.2.2.1.5 O status da Natureza como sujeito ou pessoa jurídica titular de dignidade e direitos próprios.....	338

8.3 A Dignidade e os Direitos da Natureza na Jurisprudência (Nacional, Comparada e Internacional) .....	344
8.3.1 A dignidade do animal não humano e da Natureza na jurisprudência do STJ: a atribuição de direitos para além da esfera humana (REsp 1.797.175/SP) .....	344
8.3.2 A dignidade do animal não humano e a sua proteção contra práticas cruéis na jurisprudência do STF.....	347
8.3.3 O debate “antropocentrismo vs. biocentrismo” no STF.....	352
8.3.4 Os direitos da Natureza na jurisprudência do STF? .....	354
8.3.5 Um olhar sobre a jurisprudência comparada e internacional a respeito da dignidade e dos direitos dos da Natureza .....	355
8. 4 Considerações Finais .....	361

## **Capítulo 9 – Florestas no Regime Jurídico Internacional: Por uma Perspectiva Ecologizada**

Fernanda de Salles Cavedon-Capdeville

Larissa Verri Boratti

Tônia Andrea Horbatiuk Dutra

Humberto Filpi

9.1 Introdução .....	365
9.2 Florestas e Complexidade no Contexto da Crise Climática .....	367
9.3 Florestas no Regime Jurídico Internacional.....	371
9.3.1 Obrigações dos Estados em Relação a Florestas no Direito Internacional dos Tratados: Biodiversidade, Clima e Solo .....	371
9.3.2 Contribuições da Soft Law Relativa a Florestas .....	379

9.4 Por um Regime Jurídico Internacional Ecológico das Florestas .....	383
9.4.1 Implicações da Adoção de uma Perspectiva de Direito Ecológico ....	383
9.4.2 Implicações da Adoção de um Discurso de Direitos Humanos.....	384
9.4.3 Contribuições da Litigância Ecologizada: Florestas, Clima e Direitos da Natureza .....	388
9.4.4 Premissas para o Delineamento de um Regime Jurídico Internacional Ecologizado das Florestas.....	391
9.5 Considerações Finais .....	393
<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>395</b>